



CLIPPING



27 e 28 de
Novembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

Violência contra a mulher

Pesquisa nacional aponta que 30% das mulheres já foram ameaçadas de morte por parceiro ou ex no Brasil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- O balcão virtual, implantado pelo Tribunal de Justiça do Pará, com o propósito de desafogar o número de advogados no balcão presencial das secretarias, não tem conseguido alcançar seu escopo. As reclamações dos advogados que esperam por horas nas filas virtuais têm se multiplicado. Ao que parece nenhuma providência foi tomada, até agora, para aliviar o sofrimento dos causídicos que buscam essa alternativa de atendimento.
- **Nas UPJs das Varas Cíveis e Empresariais da Capital, recentemente instaladas e que concentram o atendimento de cinco varas, o transtorno não é diferente, pois, aqueles que buscam justiça, têm que pegar senha e se submeterem a longas esperas. Nesse particular, o atendimento presencial nas secretarias das varas, abarrotadas de advogados, causa saudades, isso porque, ainda que defasado, era possível um atendimento em tempo digno.**
- A Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Pará realizou correição presencial na 2ª. Vara Criminal da Comarca de Castanhal, no período de 17 e 18 de novembro, com o objetivo de conhecer a unidade e aprimorar a prestação jurisdicional.
- **A corregedora-geral, desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, acompanhou os trabalhos executados pela equipe da Corregedoria na Vara. O juiz titular Líbio Araújo Moura e servidores da unidade também participaram.**
- A juíza Cláudia Regina Moreira Favacho, titular da 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci, foi agraciada com a Comenda Diploma Maria da Penha, em Sessão Especial Solene de entrega de honrarias, no prédio da Câmara Municipal de Belém. A distinção homenageia personalidades que promoveram ações de relevância social voltadas à prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém.
- **O Poder Judiciário paraense cumpriu as Metas Nacionais quatro e oito, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2021, com o objetivo de incentivar o aperfeiçoamento da Justiça brasileira.**
- O anúncio foi feito durante a sessão do Tribunal Pleno pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro. A Meta 4 prioriza o julgamento de processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, e a Meta 8 o julgamento de processos de violência doméstica e familiar contra as mulheres e feminicídio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUDICIÁRIO DIGITAL



A ampliação do processo de digitalização e virtualização é uma das ações prioritárias do Poder Judiciário do Estado do Pará, que acompanha a transformação

tecnológica e faz uso de ferramentas virtuais para a efetiva prestação jurisdicional. A realização de atos por videoconferência e a implementação do Juízo 100% Digital, presente em 50

unidades judiciárias, também são iniciativas deste novo momento. Tudo isso para tornar mais ágil o atendimento do Judiciário às demandas da sociedade.

Os avanços do Judiciário paraense têm sido notícia em O Liberal.

Parabéns pelos seus 75 anos!



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Kassio Nunes Marques, ministro do STF: "aprendi desde cedo que a educação é um bom caminho".

EM BELÉM

MINISTRO RECEBE PRÊMIO SEGURANÇA HUMANA

HOMENAGEM - Honraria é concedida pelo pelo Comitê Permanente da América Latina de Prevenção do Crime. Cerimônia ocorreu na sede do TJPA.

EDUARDO LAVIANO
DA REDAÇÃO

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, esteve em Belém na sexta-feira (26) para receber o Prêmio Segurança Humana, em cerimônia ocorrida na sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A honraria é concedida pelo Comitê

**Marques também
recebeu a Medalha
da Ordem do Mérito
Judiciário no grau
Grã-Cruz**

mem feliz" que o poeta russo Vladimir Maiakovski imaginou existir no Brasil. "No dia de hoje esse homem certamente sou eu", disse.

Célia Regina de Lima Pinheiro preside o TJPA e disse que entregar a comenda e sediar a cerimônia foi uma imensa satisfação, não só por se tratar de Nunes Marques, um homem de raízes paraenses, mas também por ele ser o primeiro brasileiro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Permanente da América Latina de Prevenção do Crime, do Programa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquentes. Marques recebeu ainda comenda do Poder Judiciário do Estado do Pará, a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, de acordo com o Tribunal, pela “excepcional postura profissional, técnica e ética no desempenho de sua função”.

Filho de pai bragantino, o professor e dentista Raimundo Marques, Nunes lembrou que o Pará fez parte da sua vida, não só nas visitas ao Estado, mas na criação que ele teve dentro de casa, do pai e da mãe Carmen Dolores Marques, também professora.

“Agradeço não somente aos desembargadores mas todos os anfitriões que me receberam com essa calorosa acolhida. Estreitos laços ligam minha família e a mim ao Pará.

Aos oito anos meu pai mudou-se para o Piauí, onde nasci, mas os vínculos foram mantidos. Frequentemente voltamos à Bragança e a Belém. Estar aqui é uma grande alegria”, disse ele ao receber a honraria.

Nunes Marques diz acreditar que o TJPA, ao receber o evento, amplia o espaço da necessidade da discussão de adoção, em países marcados pela desigualdade, de políticas públicas pautadas pelo conceito de segurança humana, pois, na opinião dele, não há paz sem segurança e não há segurança sem uma justiça penal inteligente, seara na qual o TJPA é referência.

“Temos desafios urgentes, como a necessidade de erradicação da pobreza, que atingiu 209 milhões de latino-americanos, 33% da população sem o mínimo de dignidade humana. Sendo filho de pai e mãe professores aprendi desde cedo que a educação é um bom caminho”, afirmou ele, que também se autoproclamou o “ho-

a receber o Prêmio Segurança Humana, que foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 2013.

“Ficamos deveras honrados de conceder tal comenda como símbolo do reconhecimento dos extensivos serviços prestados como advogado, desembargador e agora como ministro, com profundo conhecimento dos direitos humanos e institucional. É um justo reconhecimento, que tem marcado sua atuação com produtividade e rapidez e foco na transição para o digital. É um homem com aguda visão de futuro, como a que precisamos agora na Justiça do Brasil”, afirma.

Participaram ainda da cerimônia o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), a Ministra da Justiça do Paraguai, Cecilia Pérez Rivas, o Presidente da Corte Nacional de Justiça do Equador, Iván Patricio Saquicela Rodas, o Secretário-Chefe da Casa Civil do Pará, Iran Lima, e os pais do ministro Nunes Marques.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministro do STF recebe comenda no TJPA

JUDICIÁRIO

Wesley Costa

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Kassio Nunes Marques, recebeu ontem (26), no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o Prêmio Segurança Humana. A premiação de alta honra é concedida pelo Comitê Permanente da América Latina de Prevenção do Crime (Coplad), do Programa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delincente (Ilanud).

Durante a cerimônia, que contou com a presença de várias autoridades, o ministro também recebeu, da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, a mais

importante comenda do Poder Judiciário do estado do Pará, a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, pela excepcional postura profissional, técnica e ética no desempenho de sua função.

O deputado estadual e chefe da Casa Civil Iran Ataíde Lima representou o governador Helder Barbalho no evento. “Hoje, ele estando aqui em nosso tribunal, recebendo essa justa homenagem, nos traz tranquilidade em dizer que o Pará está no caminho certo. A presença do ministro reforça também a importante atividade do nosso tribunal, bem como a atividade do STF para todo o país”, disse.

“Ficamos extremamente honrados, enquanto membros do Poder Judiciário do Pará, em testemunhar esse



O ministro Kassio Nunes recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário no grau Grã-Cruz. FOTO: CELSO RODRIGUES

momento e contribuir com a disseminação da cultura de paz em plenitude no estado democrático de direito. Ficamos ainda mais honrados em conceder tal comenda Grã-Cruz, ao ministro que tem marcado sua

atuação no STF com produtividade e agilidade, além do foco na transformação digital e o uso mais efetivo da inteligência artificial dentro do contexto de processos judiciais”, pontuou em seu discurso a presidente do TJPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

A Polícia Federal, em parceria com o ICMBio, deflagrou na quarta-feira (24) a Operação Resex Legal Xentre para combater ilícitos ambientais na região da reserva Ipaú-Anilzinho, em Baião. A operação incluiu vistoria na área conhecida como Anil Grande. O mais impressionante é que os agentes enfrentaram resistência de um grupo de invasores. Duas pessoas foram presas e conduzidas ao Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes, onde ficarão à disposição da Justiça, respondendo pelo crime de dificultar a ação fiscalizadora do poder público (Art. 69 da Lei de Crimes Ambientais).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**SÁBADO**

FUNCIONÁRIO DO IML LEVA TIRO NA CABEÇA E MORRE
PÁGINAS 4 E 5

Diário do Pará

POLÍCIA**EM SALVATERRA**

DOIS FORAGIDOS SÃO RECAPTURADOS

MANDADOS

JR Avelar

Após um levantamento nas delegacias na região do Marajó Oriental feito pela Polícia Militar foi constatado que muitos mandados de prisões por determinação judicial e mandados de recaptura de foragidos estavam abertos e o novo comandante do CPR XI, coronel Josimar Leão, determinou seus comandados a procurarem os foragidos.

De posse dos possíveis endereços, o próprio comandante, com apoio de duas guarnições e as motos de patrulhamento do 8º Batalhão do Marajó, se deslocaram ao bairro Vila na passagem Grande, cidade de Salvaterra às margens da rodovia PA-154, onde foi localizado Pedro Celestino da Silva Filho.

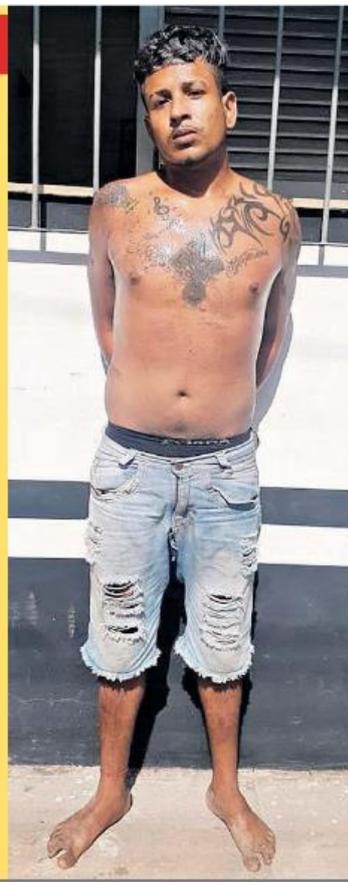
O homem possuía em seu desfavor um mandado de recaptura desde 2013 em um processo pelo qual foi condenado pela justiça de Salvaterra pelo crime de tráfico de drogas. O homem foi certificado do mandado sendo apresentado na delegacia de Polícia Civil de Salvaterra.

Em outra ação, a guarnição Delta com o subtenente Edival, sargentos Gediel, Aguinaldo, Pessoa e soldado Martins atendendo determinação do tenente coronel Aviz comandante do 8º Batalhão do Marajó, avistou um homem identificado como Jefferson Nascimento Santana de 24 anos procurado pela polícia.

Contra ele pesava um mandado de prisão expedido pela 3ª Vara do Tribunal do Júri de Belém. O suspeito ainda tentou emprender fuga, mas logo foi alcançado pela guarnição e apresentado na delegacia de Salvaterra.



Os suspeitos estavam com mandados de prisões expedidos pela Justiça e foram presos. FOTOS: DIVULGAÇÃO



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO**LINHA DIRETA**

O Judiciário paraense alcançou a totalidade das metas nacionais 4 e 8 do CNJ, pela primeira vez neste ano. O anúncio foi feito na sessão do Pleno na quarta-feira, 24, pela presidente do colegiado, desembargadora Célia Regina Pinheiro, que agradeceu às magistradas, magistrados, servidoras e servidores por todo o empenho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TEMA DO ENEM

De cada 100 nascidos no Pará, 8 não têm registro de nascimento

Segundo pesquisa, Estado é o 4º em sub-registro no País e problema chama atenção para a dificuldade de acesso a programas sociais e necessidades básicas por quem não tem a documentação

CIDADANIA

Cintia Magno

A cada 100 pessoas nascidas no Pará, oito não foram registradas no ano em que nasceram. Tal cenário coloca o Estado como o 4º de todo o país em sub-registros de nascimentos em 2019, ano mais recente de divulgação das estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tema da redação da primeira etapa do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, o problema chama a atenção para a dificuldade que muitos ainda enfrentam no acesso à garantia mais básica dos direitos civis, o registro enquanto cidadão brasileiro.

Superando a média nacional de 2,1%, o Estado do Pará registrou uma estimativa de 8,2% de sub-registro de nascimentos naquele ano. Ao longo de um período de cinco anos, esse percentual vem reduzindo gradativamente no Estado, passando de 12,11% em 2015, para 11,15% em 2016, 11,12% em 2017 e 9,48% em 2018 até chegar aos atuais 8,2% de 2019. Ainda que o cenário seja de melhora, os prejuízos causados à pessoa que não tem acesso a esse direito dão a dimensão da gravidade do problema.

O Defensor Público Geral do Estado do Pará, João Paulo Ledo, destaca que o direito ao registro civil é um dos mais básicos de um indivíduo e que, portanto, é fundamental para a garantia do próprio exercício da cidadania. "A gente costuma dizer que existem direitos que são tão básicos, que são direitos a ter direitos", relaciona. "O prejuízo enfrentado por uma criança que não tem esse direito assegurado é muito grande".

João Paulo Ledo aponta, ainda, que o problema do acesso ao registro civil é uma realidade no Estado do Pará. Ele aponta que, em muitos casos, a situação ocorre com pessoas que se deslocaram de outro Estado ou que nasceram aqui, mas cujo problema documental inicia ainda em relação aos documentos do pai e, especialmente, da mãe. "A mãe teve um problema, não tem a certidão de nascimento, não conseguiu a segunda via e aí a criança nasce e também não consegue tirar porque a mãe não tem o seu documento. É algo que vai se agravando de geração em geração, seja porque o documento da mãe foi extraviado em determinado momento e ela não tinha recursos para emitir a segunda via, por exemplo".

ATENDIMENTO

No caso das pessoas já adultas que nunca emitiram a certidão de nascimento, o chamado registro tardio pode ser realizado a partir de um procedimento no próprio cartório. A pessoa que é considerada para fins de registro tardio, com mais 12 anos ou que seja menor de 12 anos sem que seja apresentada a declaração de nascido vivo, tem um procedimento um pouco mais complexo que exige o comparecimento no cartório com duas testemunhas e será tomado termo pelo cartório expedindo uma certidão específica, sendo possível, depois disso, a lavratura da certidão de nascimento.

No caso dos atendimentos feitos pela Defensoria Pública do Estado, é possível obter orientações sobre os documentos que a pessoa precisa utilizar para comprovar que ela é maior de idade e que nunca teve uma certidão de nascimento. Durante o atendimento, o defensor público acessa os sistemas próprios que a defensoria tem acesso para compro-



Fabiola lembra que todos os municípios do Estado possuem cartórios de registro civil
FOTO: DIVULGAÇÃO



João Paulo Ledo destaca que o registro civil é o direito mais básico que existe
FOTO: ASSCOM DEFENSORIA

SUB-REGISTRO

PERCENTUAL DE SUB-REGISTRO DE NASCIMENTOS, SEGUNDO UF/DEMORADIA DA MÃE EM 2019

- 1 - Roxana - 15,2%
- 2 - Amapá - 9,7%
- 3 - Amazonas - 8,6%
- 4 - Pará - 8,2%
- 5 - Acre - 5,4%
- 6 - Maranhão - 4,8%
- 7 - Tocantins - 3,7%
- 8 - Piauí - 3,2%
- 9 - Pernambuco - 3,0%
- 10 - Ceará - 3,0%
- Média Nacional - 2,1%

SUB-REGISTROS DE NASCIDOS VIVOS POR MUNICÍPIO DO PARÁ DE RESIDÊNCIA DA MÃE EM 2019

- 1 - Óbidos - 29,30
- 2 - Medelinópolis - 27,43
- 3 - Itaituba - 21,52
- 4 - Jacaraçanga - 22,46
- 5 - Acaá - 22,38
- *Belém - 3,53

Fonte: Estatísticas do Registro Civil. Estimativas de Sub-registro 2019 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2676-estimativas-do-sub-registro.html?t=atualizacoes&editais=1>

ENTENDA

De acordo com o IBGE, "o sub-registro de nascimentos refere-se ao conjunto de nascimentos não registrados no mesmo ano de sua ocorrência ou no primeiro trimestre do ano subsequente". Esse indicador é importante para sinalizar qual o distante o País está de cumprir com a obrigação básica de reconhecer o recém-nascido como cidadão e, consequentemente, fortalecer as ações de políticas públicas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O defensor lembra que, sem ter o registro civil, a criança não consegue sequer ter a inscrição no Sistema Único de Saúde (SUS) ou mesmo se matricular em uma escola. Nesses casos, o que acontece habitualmente é que a criança acaba assistindo às aulas, mas sem ter o registro de matrícula na escola, não ficando registrada a sua formação, o seu desempenho escolar. Outro prejuízo possível para as pessoas que não possuem o registro de nascimento é o não acesso a programas de renda do Governo, o que ficou evidenciado neste cenário da pandemia. “Muita gente deixou de ter acesso ao Auxílio Emergencial porque não tinha a documentação e o sistema de cruzamento de dados do Governo não encontra sequer a pessoa como existente. Ela não existe oficialmente para o Estado. Se você não existe para o Estado, você vai ter obstáculos para alcançar direitos ou os serviços estatais”, explica o defensor.

var que aquela pessoa não tem registro, que nunca foi registrada, toma o termo de duas testemunhas e encaminha um ofício a um cartório.

“A vantagem de fazer o procedimento pela Defensoria é que ela pode requerer a isenção das taxas cartorárias. Também temos, hoje, procedimentos que nos permitem a lavratura de certidão de nascimento em qualquer cartório do Brasil. Então, digamos que a pessoa nasceu em outro Estado e nós temos prova disso, documentos, testemunhas, mas que por algum motivo não foi feita a certidão de nascimento, nós podemos iniciar esse procedimento e retirar tanto aqui no Estado, quanto em outro”, explica João Paulo Ledo. “Outro serviço que a Defensoria Pública tem é de conseguir obter essa segunda via da certidão de nascimento da pessoa, se ela foi tirada em qualquer lugar. A gente requisita essa certidão e obtém esse documento independente do cartório que ele tenha sido feito”.

Situação pode ser regularizada a qualquer momento gratuitamente

Em todo o Brasil, os responsáveis por registrar os nascimentos são os cartórios de registro civil das pessoas naturais. A presidente da Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Pará (Arpen-PA), Fabíola Queiroz, aponta que o Estado do Pará conta com 292 cartórios com essa atribuição, sendo que todos os municípios do Estado possuem pelo menos um cartório de registro civil das pessoas naturais. “A lei 6.015 disciplina que todo nascimento que ocorre em território nacional deve ser levado a registro no local do parto ou de residência de um dos pais”, explica. “A lei recomenda que o registro de nascimento ocorra até 15 dias de nascimento por ambos os pais; 45 dias pela mãe, já que ela precisa de um período maior para se reestabelecer, e até três

meses quando as partes residem a mais de 30 quilômetros de distância do cartório. Esse prazo é apenas uma recomendação porque o registro, na verdade, pode ser efetuado a qualquer momento”. Fabíola esclarece, ainda, que o registro de nascimento é totalmente gratuito, independente da situação financeira do registrando. “Aquele que não efetuou o registro de nascimento, fica impedido de obter acesso a benefícios do Governo, a educação, saúde, emissão de RG e CPF. Importante a dissertação do Enem tratar sobre o tema porque isso causa uma discussão e conscientização da população sobre a importância do registro de nascimento para o exercício da cidadania”.

voltadas para o aumento de tais registros.

APOIO

A Defensoria Pública pode organizar os documentos, orientar, tomar termos depoimentos para dar início ao procedimento de lavratura de um registro de nascimento para aquelas pessoas que nunca tiveram o registro, ou para dar auxílio ao cidadão que pretende obter, de forma gratuita, a segunda via do documento. O primeiro passo para ter acesso ao serviço é marcar o atendimento ou comparecer nos atendimentos itinerantes da Defensoria Pública do Estado do Pará. Somente neste ano, a Defensoria Pública do Estado do Pará já realizou mais de 200 mil atendimentos itinerantes, sendo que aproximadamente 50 mil atendimentos foram relativos especificamente a assuntos de lavratura de certidões, correção de certidões ou requisição de segunda via de certidão de nascimento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

ADVOCACIA PÚBLICA: PROCURADORA DO PARÁ TEM TESE PREMIADA NACIONALMENTE

A procuradora do Estado do Pará, Viviane Ruffeil, recebeu na última quarta-feira o prêmio "Diogo de Figueiredo Moreira Neto" durante o XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, por ter sido destaque na apresentação da tese "O uso de Ambientes Virtuais e Fortalecimento da Advocacia

Pública Interfederativa", em 2019, durante a realização do XLV Congresso Nacional dos Procuradores. Na época, a tese recebeu distinção científica máxima dentre os trabalhos que visam ao aprimoramento, o desenvolvimento e a consolidação institucional da advocacia pública.



Igeprev e Sebrae lançam programa de empreendedorismo para inativos

O Igeprev lançou na última quarta-feira, em parceria com o Sebrae, o primeiro programa de empreendedorismo voltado exclusivamente para atender beneficiários do sistema de RPPS do Brasil. Agora os beneficiários do instituto passarão a contar com uma sala do empreendedor dentro do instituto, onde serão oferecidos serviços para fomentar o crescimento econômico dos servidores inativos do Estado. O advogado e presidente do Igeprev, Gussepp Mendes – na foto com o presidente do Sebrae, Rubens Magno – disse que o projeto "Empreender" e a instalação da sala "são uma alternativa de retomada de trabalho e geração de renda no cenário de pandemia que assola o mundo há quase anos".



Alepa aprova Lei criando Dia do Ministério Público do Pará

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará aprovou dia 16, por unanimidade, Lei de iniciativa da presidência da casa reconhecendo o dia 22 de junho como o Dia do Ministério Público do Estado do Pará. A data, que já havia sido reconhecida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, por proposição da Procuradoria-Geral de Justiça, decorre da criação do MPPA por força da promulgação da Constituição Estadual de 1891, a primeira republicana, e das comemorações em curso pelos 130 anos do MP paraense. O Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr. agradeceu pelo reconhecimento da Alepa ao trabalho do MPPA.

Desembargadora Maria Zuila Dutra receberá Ordem do Mérito Judiciário

Por indicação do Ministro Breno Medeiros e aprovação do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a desembargadora do Trabalho Maria Zuila Lima Dutra será uma das magistradas agraciadas com a "Comenda da Ordem do Mérito do Judiciário do Trabalho", na categoria comendador. A cerimônia transcorre no próximo dia 01/12, no auditório do TST, em Brasília.



Juiz de Altamira nega prisão preventiva de pastor evangélico

O juiz da 2ª Vara Penal da comarca de Altamira negou pedido de prisão preventiva do pastor J.D.T., acatando argumentos da defesa dos advogados Ronaldo Cascaes e Joaquim Freitas (foto). O evangélico foi denunciado por filhos da sua igreja por suposta prática de abuso sexual. A defesa argumentou que o pastor realiza um trabalho social há 23 anos em Altamira, tem residência fixa, bons antecedentes e que os fatos que o acusam teriam supostamente ocorrido a muito tempo, razão pela qual não haveriam razões para a decretação de sua prisão preventiva.

Juizes do trabalho empossados em comarcas pelo interior

Os juizes do Trabalho, Deodoro José de Carvalho Tavares, Vanilson Rodrigues Fernandes, Albeniz Martins e Silva Segundo e a juíza do Trabalho Dione Cristina Furtado Nascimento foram empossados na manhã da última quinta-feira como titulares das varas do trabalho de Itaituba, Xinguara, Redenção e Laranjal do Jari- Monte Dourado, respectivamente. A cerimônia foi conduzida pela presidente do TRTB, desembargadora Graziela Leite Colares, e ocorreu no auditório Aloysio da Costa Chaves, no prédio sede do TRTB, com a presença de juizes, servidores e familiares.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ROUBO DE CARGA SUSPEITO DE ASSALTO É PRESO EM ANANINDEUA

Segundo a polícia, acusado teria participado de um assalto a um Furgão em Ananindeua, obrigando o motorista do veículo a se dirigir a outro local para a quadrilha fazer o transbordo de uma carga

CRIME AUDACIOSO

JR Avelar

A audácia de uma quadrilha acabou mal para Frank Wilson da Silva Martins, que foi preso por roubo qualificado e associação criminosa depois que a Polícia Civil, através da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Carga, representou na justiça para que sua prisão fosse deferida e cumprida nesta semana.

Segundo as informações, a Divisão de Repressão ao Crime Organizado foi procurada pelo diretor da divisão de segurança de uma empresa de cigarros para comunicar que o Furgão da empresa havia sido interceptado por criminosos na BR-316 em Ananindeua.

A ação criminosa se deu no km-04, próximo do visduto do Coqueiro, local de grande movimentação. Em plena luz do dia, três assaltantes armados aproveitaram o sinal fechado para

render o motorista e levar o veículo e a mercadoria até o bairro das Águas Lindas, onde foi feito o transbordo da carga para outros veículos.

A ação dos criminosos foi cinematográfica e registrada por câmeras de segurança de vários estabelecimentos e de monitoramento da rodovia. O prejuízo segundo o diretor foi na ordem de R\$ 100.000,00 em mercadorias.

A partir da queixa-crime, os policiais civis da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Carga realizaram várias diligências no sentido de identificar e prender os envolvidos, sendo que nesta semana foi possível prender preventivamente em sua residência um dos envolvidos no assalto, identificado como Frank Wilson da Silva Martins.

Com a prisão do suspeito, o delegado responsável pelo inquérito informou que as investigações continuam no sentido de prender os demais envolvidos no assalto, bem como identificar os receptores das mercadorias roubadas.



O prejuízo dado pela quadrilha a uma empresa é estimado em R\$ 100 mil em mercadorias roubadas

FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Pará alcança metas de combate à corrupção e feminicídio

🕒 26 de novembro de 2021 - 📄 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias

🕒 26 de novembro de 2021 - 📄 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



Foto: Arquivo

Em 2021, o Judiciário paraense cumpriu, pela primeira vez, as Metas Nacionais 4 e 8 do Poder Judiciário. O anúncio foi feito durante a sessão do Tribunal Pleno dessa quarta-feira (24), pela presidente do [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estipula anualmente, em parceria com todos os tribunais, as [Metas Nacionais do Poder Judiciário](#), com o objetivo de promover e incentivar o aperfeiçoamento da Justiça brasileira. Criada em 2013,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

a Meta 4 prioriza o julgamento de processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão, distribuídos até 2017.

Com a promulgação da [Lei n. 14.230/2021](#), o TJPA passou a ter que alcançar o julgamento de pelo menos 3.040 processos. O volume de julgamento foi atingido em novembro deste ano, com o julgamento de 745 processos, referentes a 447 ações de improbidade e 298 ações de crimes contra a administração pública.

O Grupo de Auxílio Remoto criado pelo Tribunal atribuiu a um grupo de 10 juízas e juízes o prosseguimento e o julgamento de todos os processos enquadrados na Meta 4 em andamento nas 113 comarcas do estado. As unidades judiciárias que optassem por não encaminhar as ações pendentes de julgamento ao grupo deveriam elaborar um plano de ação para o cumprimento da meta e, posteriormente, encaminhá-lo ao Grupo.

Violência contra a mulher

Já a Meta 8 prioriza o julgamento de processos de violência doméstica e familiar contra as mulheres e feminicídio. O objetivo é identificar e julgar 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos no mesmo período.

A equipe técnica da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPA tem trabalhado, desde o ano passado, em conjunto com as unidades judiciárias para repassar instruções sobre o correto lançamento de movimentos relacionados às medidas protetivas, possibilidades de arquivamento definitivo e acompanhamento de pautas de audiências do Tribunal do Júri – para os casos de feminicídio.

O trabalho levou o TJPA a cumprir 86% da parte de violência doméstica em 2020. Em 2021, o TJPA cumpriu o designado ainda no mês de julho, no que se refere à violência doméstica, que compreende também as medidas protetivas,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

com o julgamento de 14 mil ações, que representavam pouco mais da metade do acervo de violência doméstica distribuídos até 2019.

Em novembro, foi cumprida a parcela referente aos processos de feminicídio, com o julgamento de seis ações penais em sessões do Tribunal do Júri até o presente momento, sendo dois deles em Belém e os demais nas comarcas de Parauapebas, São Domingos do Araguaia, Salvaterra e Canaã dos Carajás.

Monitoramento

Para subsidiar e acompanhar a consecução das metas, o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA desenvolveu painéis gerenciais que auxiliam no controle dos julgados, de processos pendentes de julgamento e índices de cumprimento geral e por unidade. O diretor do Departamento, Fabio Djan Oliveira de Lima, explica que os êxitos alcançados com o alcance das Metas 4 e 8 incrementam a pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade 2022.

“Em 2021, o TJPA já cumpriu cinco metas. Temos a previsão de cumprir mais três. Então, vamos alcançar uma pontuação maior que ano passado no prêmio do ano que vem. Dentre as cinco metas já cumpridas, destacam-se a Meta 4, criada em 2013 e cumprida pela primeira vez pelo TJPA. E a Meta 8, criada em 2017, que sofreu uma reformulação em 2019 e foi cumprida também pela primeira vez pelo TJPA, em 2021.”

Fonte: [TJPA](#)

MACRODESAFIO

**ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS
ILÍCITOS ELEITORAIS**

Long Description

MACRODESAFIO

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Foragido do sistema penal é preso com dois 2 kg de maconha em Igarapé-Miri

Prisão aconteceu durante cumprimento de mandado de prisão.

Por g1 Pará — Belém

27/11/2021 19h06 · Atualizado há um dia



Foragido do sistema penal é preso com dois quilos de maconha em Igarapé-Miri, no Pará — Foto: Polícia Militar do Pará

A Polícia Militar cumpriu mandado de prisão, nesta sexta-feira (26), em Igarapé Miri, nordeste do Pará. Um homem foi preso e com ele dois tabletes de maconha foram apreendidos durante a operação.

De acordo com a PM, o acusado estava foragido do sistema penal do Pará e após apurar informações conseguiu localizá-lo. A equipe policial foi até ao

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

endereço checado e cercou o imóvel. O acusado tentou fugir, mas no momento em que deparou com a polícia descartou uma sacola. Os policiais prenderam o homem e ainda apreenderam a bolsa, que nela estavam contidos dois quilos de maconha.

O homem foi preso em flagrante e apresentado junto do material apreendido na Delegacia de Polícia Civil de Igarapé-Miri para os procedimentos legais cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministro Kassio Nunes Marques recebe prêmio e comenda em Belém

Filho de pai bragantino, ministro do STF foi condecorado pela ONU e pelo Tribunal de Justiça do Pará



Eduardo Laviano / O Liberal

26.11.21 13h14



O ministro Kassio Nunes Marques do Supremo Tribunal Federal esteve em Belém nesta sexta-feira (26) para receber o Prêmio Segurança Humana, em cerimônia ocorrida na sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

A honraria é concedida pelo Comitê Permanente da América Latina de Prevenção do Crime, do Programa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente. Nunes Marques recebeu ainda comenda do Poder Judiciário do Estado do Pará, a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, de acordo com o Tribunal, pela "excepcional compostura profissional, técnica e ética no desempenho de sua função".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Filho de pai bragantino, o professor e dentista Raimundo Marques, Nunes lembrou que o Pará fez parte da sua vida, não só nas visitas ao Estado, mas também na criação que ele teve dentro de casa, do pai e da mãe Carmen Dolores Marques, também professora.

"Agradeço não somente aos desembargadores mas todos os anfitriões que me receberam com essa calorosa acolhida. Estreitos laços ligam minha família e a mim ao Pará. Aos oito anos meu pai mudou-se para o Piauí, onde nasci, mas os vínculos foram mantidos. Frequentemente voltamos a Bragança e a Belém. Estar aqui é uma grande alegria", disse ele ao receber a honraria.

Nunes Marques acredita que TJPA, ao receber o evento, amplia o espaço da necessidade da discussão de adoção, em países marcados pela desigualdade, de políticas públicas pautadas pelo conceito de segurança humana, pois, na opinião dele, não há paz sem segurança e não há segurança sem uma justiça penal inteligente, seara na qual o TJPA é referência.

"Temos desafios urgentes, como a necessidade de erradicação da pobreza, que atingiu 209 milhões de latino-americanos, 33% da população sem o mínimo de dignidade humana. Sendo filho de pai e mãe professores aprendi desde cedo que a educação é um bom caminho", afirmou ele, que também se autoproclamou o "homem feliz" que o poeta russo Vladimir Maiakovski imaginou existir no Brasil. "No dia de hoje esse homem certamente sou eu", disse.

Célia Regina de Lima Pinheiro preside o TJPA e disse que entregar a comenda e sediar a cerimônia foi uma imensa satisfação, não só por se tratar de Nunes Marques, um homem de raízes paraenses, mas também por ele ser o primeiro brasileiro a receber o Prêmio Segurança Humana, que foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 2013.

"Ficamos deveras honrados de conceder tal comenda como símbolo do reconhecimento dos extensivos serviços prestados como advogado, desembargador e agora como ministro, com profundo conhecimento dos direitos humanos e institucionais. É um justo reconhecimento, que tem marcado sua

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

atuação com produtividade e rapidez e foco na transição para o digital. É um homem com aguda visão de futuro, como a que precisamos agora na Justiça do Brasil", afirma.

Participaram ainda da cerimônia o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), a Ministra da Justiça do Paraguai, Cecilia Pérez Rivas, o Presidente da Corte Nacional de Justiça do Equador, Iván Patricio Saquicela Rodas, o Secretário-Chefe da Casa Civil do Pará, Iran Lima, e os pais do ministro Nunes Marques.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia conclui inquérito e não tem dúvidas sobre participação de PM na morte do ex-jogador Bruninho, afirma delegado

Principal suspeito de cometer o homicídio, Denis da Silva Miranda está preso à disposição da Justiça



O Liberal

25.11.21 16h30



A Polícia Civil concluiu o inquérito que investiga o homicídio do ex-jogador Bruninho e, segundo o delegado Cláudio Galeno, diretor da Divisão de Homicídios, não restam dúvidas sobre a participação do soldado da Polícia Militar Denis da Silva Miranda no crime. O militar foi preso na manhã desta quarta-feira, 25, após se entregar à polícia, e encaminhado a uma unidade prisional, onde está à disposição da Justiça. Ao ser interrogado, Denis, que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

estava acompanhado de advogado, permaneceu em silêncio. Para o delegado do caso, ele disse que se manifestará em outra oportunidade.

Cláudio Galeno explica que as investigações da Polícia Civil já foram concluídas. Sendo assim, os próximos passos desse caso, agora, são de responsabilidade do Ministério Público, que poderá oferecer a denúncia contra o militar. Uma vez oferecida a denúncia, “inicia-se um processo criminal, em que ele terá a oportunidade de angariar provas a seu favor. Em contrapartida, o Ministério Público angaria provas para condená-lo”, fala Galeno.

“O nosso trabalho é justamente fomentar provas suficientes para que o promotor e o juiz possam, dentro da oportunidade que cabe a cada um, fazer o seu papel de denunciar e o outro condenar. Para nós, não há qualquer tipo de dúvida em relação à participação do Denis Miranda como autor do homicídio”, conclui o delegado.

A reportagem entrou em contato com a Polícia Militar do Pará para apurar informações sobre o futuro do militar dentro da corporação e aguarda um retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br